

Gilberto Menezes Côrtes



O ajuste da classe média

A classe média não está ainda "chamando urubu de meu louro, dando nó em pingo d'água e beliscando fumaça", como dizia o velho samba carioca. Mas está afogada em números. Ou pior, em dívidas, que crescem como bola de neve, empurradas pelos juros estratosféricos. Os juros realimentam o déficit público federal, jogam o Brasil nos braços do FMI e estão obrigando a classe média a fazer o seu ajuste fiscal.

A família típica da classe média B – casal e dois filhos, um deles na faculdade, com renda mensal líquida de R\$ 5 mil – está devendo no cartão de crédito e no cheque especial algo em torno de R\$ 10 mil. Ou seja, dois meses de salário líquido do marido e da mulher.

Com os juros do cartão e do cheque especial entre 10,5% e 13,5% ao mês (vamos considerar a média de 12%), a dívida engorda R\$ 1.200 por mês. Como, com essa renda líquida, não sobra quase nada após pagar a prestação da casa ou apartamento (se for próprio e quitado, tanto melhor, mas resta o condomínio), as escolas dos filhos, a prestação do carro, a gasolina, o supermercado, o cigarro, a empregada e outras despesas aparentemente inevitáveis, a dívida crescerá *ad infinitum*. Se não for feito um **ajuste fiscal familiar**.

O calote da dívida interna russa paralisou o crédito internacional em agosto, provocou perda de US\$ 30 bilhões nas reservas em um mês e meio e fez o governo perceber que nada seria como antes. Por isso, tratou de criar as condições para um duro ajuste das contas públicas.

O ajuste fiscal sempre sobra para o bolso do contribuinte, via CPMF e outros impostos, cujos custos a indústria e o comércio repassam ao consumidor. Que somos todos nós, em maior ou menor grau de compulsão. Tudo depende do nível de renda e das facilidades do crédito.

Drama – Aí entra o drama da classe média. Enquanto as classes C e D só puderam voltar ao velho crediário depois que a estabilidade monetária permitiu a volta dos financiamentos a perder de vista (que não mostram a taxa de juros, mas o povão só quer saber se a prestação fixa cabe no orçamento familiar), a classe média já desfilava status e gastos pilotando o cheque especial e o cartão na hiperinflação.

Como o salário crescia todo mês, uma escorregadela no cartão ou no especial podia ser corrigida em três meses. Às vezes até menos, com o freio nas despesas e os ganhos das sobras de salário aplicadas no overnight. Viver sem inflação, over e o salário contido tem sido duro para boa parte da classe média. Alguns se declaram saudosos da inflação. Como os funcionários públicos, arrochados há quatro anos.

A classe média é igualzinha ao governo: não aprendeu a controlar o orçamento sem inflação. Com a estabilidade do real, o governo (o federal, os estaduais e os municipais) não aprendeu a viver da própria receita. A válvula de escape foi o endividamento. Que deu no que deu: o FMI. A classe média foi usando o cartão e o especial para esticar o salário sem perceber que as despesas financeiras já estavam representando 20% da renda líquida. Em outras palavras, a dívida tornou-se impagável. E os administradores de cartões e os bancos sabem disso.

Como as pessoas físicas ainda não podem pedir moratória ou concordata (filigranas jurídicas já permitem estender a concordata, típica de empresas, às pessoas físicas, embora seja muito raro e difícil), a classe média devia parar para pensar e renegociar as dívidas. Sem FMI. Os cartões e bancos renegociam. É constrangedor, mas vale a pena.

Conselho de família – O primeiro passo é uma reunião de família – pai, mãe e filhos juntos, o que é raro, mas faz falta – para uma conversa franca sobre a situação financeira, tão difícil quanto a do Brasil. Deve ser criado um conselho, semelhante à Comissão de Controle Fiscal (CCF), que preparou as medidas de ajuste no governo (sobrando para o contribuinte) e que continuará monitorando o ajuste fiscal pelos próximos três anos. É preciso listar os gastos mensais, ver o que é essencial e o dispensável. E apertar o cinto, porque não vai ser possível usar o cartão de crédito nem o cheque especial durante três, seis meses ou talvez um ano.

Se você deve R\$ 10 mil em todos os seus cartões, está na cara que só vem conseguindo amortizar o mínimo mensal de 10% a 20%. Vale ir à administradora do cartão (às vezes o próprio banco) e renegociar a dívida em cinco prestações de R\$ 2.000 ou de dez prestações de R\$ 1.000, corrigidas à base de 5% ao mês sobre o saldo devedor.

Raspe tudo que tiver aplicado, na poupança em fundos ou em CDBs. Perca a ilusão: nada rende mais do que quitar dívidas com os juros que estão aí. Aproveite o tranco para programar desde já o melhor uso possível do seu 13º e da sua mulher. Não gaste demais no Natal, porque o ano deve começar com a CPMF mais cara e os governos estaduais e prefeituras sedentos por arrecadar logo o IPTU e o IPVA. A propósito, que tal se desfazer do segundo carro da família, que está velho e desvalorizando, para botar as dívidas em dia?

Reprograme as idas da mulher e da filha ao salão de cabeleireiro e o aluguel das fitas de vídeo; troque o banho do Rex no Pet Shop por um tratamento caseiro, com escala semanal de um *felizardo*; adie compras e a viagem de férias ao exterior; fiscalize os gastos extras que levam 10% do salário; tente renegociar a mensalidade da escola dos filhos (talvez trocando por outra, com mensalidade mais em conta).

Fazendo tudo isso, quando as dívidas com o cartão ou o cheque especial forem quitadas, você pode voltar a usá-los. Mas estará tão acostumado a uma nova *disciplina fiscal* que não cairá facilmente no canto de sereia dos cartões. Entretanto, se durante esse tempo, o governo não tiver avançado no ajuste fiscal, pelo menos, você e sua família terão ganho tempo para enfrentar um período duro pela frente.